

Cristina Correa Oliveira

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006. Itens 1.1.1 a 1.1.26 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo nº 000050-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Sinaida Maria Vasconcelos de Castro

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.2. Processo nº 000073-151/2022

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros.

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar suposta fraude em benefício previdenciário

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao recurso em Notícia de Fato, conforme artigo 8º da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.3. Processo nº 000064-151/2022

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Faciola de Souza e outros

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar suposta fraude em benefício previdenciário

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao recurso em Notícia de Fato, conforme artigo 8º da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.4. Processo nº 000011-113/2016

Requerente(s): Raquel Ferreira Viana

Requerido(s): Estado do Pará

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo Assunto: Apurar a situação dos abrigos de animais no município de Belém O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.5. Processo n.º 000003-113/2019

Requerente(s): Condomínio do Edifício Solar da Conselheiro

Requerido(s): Barbearia 444 - Barber Club e Steak House

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo Assunto: Suposta prática de poluição sonora, perpetrada pelo estabelecimento comercial denominado Barbearia 444 - Barber Club e Steak House. O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.6. Processo n.º 000182-911/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marabá - Prefeitura Municipal

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar irregularidades e desproporcionalidade entre cargos efetivos e comissionados no gabinete do prefeito municipal de Marabá em 2015 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.7. Processo n.º 000709-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Nova Ipixuna - Prefeitura Municipal

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar suposto nepotismo na esfera dos poderes executivo e legislativo do Município de Nova Ipixuna, com a contratação de parentes de vereadores pelo poder executivo municipal por meio de contratos temporários O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-o em diligências nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 - CPJ.

1.2.8. Processo n.º 000500-151/2021

Requerente(s): Ouvidoria do MPPA

Requerido(s): Laboratório Central do Estado do Pará (LACEN)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar irregularidades no pregão eletrônico n.º 06/2021 do LACEN O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, mas NEGOU PROVIMENTO ao recurso em Notícia de Fato, observadas as formalidades legais.

1.2.9. Processo n.º 000086-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Papa João Paulo XXIII (FUNPAPA)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da FUNPAPA em relação ao Processo Licitatório n.º 6490/2014

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.10. Processo n.º 000080-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Papa João Paulo XXIII (FUNPAPA)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar possíveis irregularidades no contrato de aluguel do imóvel do CREAS Marco

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.11. Processo nº 000059-340/2021

Requerente(s): Filomena Maria Pereira

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Santarém, Secretaria Municipal de Infraestrutura de Santarém

Origem: 11º PJ de Santarém

Assunto: Apurar suposta irregularidade às normas de acessibilidade das rampas localizadas no cruzamento entre as Avenidas Borges Leal e Barão do Rio Branco, em Santarém

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, II da Resolução n.º 002/2018-CSMP e do Enunciado 22 do Conselho Superior do MPPA, em razão da assinatura de TAC e instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o cumprimento do acordo.

1.2.12. Processo nº 001874-030/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Darci José Lermen

Origem: 4º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar teor de conteúdo jornalístico do Blog Sol de Carajás, no qual, menciona áudio que revela esquema envolvendo empresário e prefeito de Parauapebas-Pa

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-o em diligências nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 - CPJ.

1.2.13. Processo nº 000286-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar possíveis irregularidades na dispensa de licitação n.º 146/2017, na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de bilhetes de passagens aéreas, rodoviárias, pluviais para atender as viagens a serviço da Universidade do Estado do Pará - UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.14. Processo nº 000085-151/2021

Requerente(s): Denúncia anônima

Requerido(s): Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, Fabrício Vasconcelos Oliveira e Outros

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da Fundação Paraense de Radiofusão (FUNTELPA)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.15. Processo nº 000479-095/2020

Requerente(s): José Neres da Costa, Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itupiranga, Secretaria Municipal de Saúde de Itupiranga/Pa.

Origem: PJ de Itupiranga

Assunto: Apurar suposto descarte irregular de resíduos por uma padaria O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.16. Processo nº 000236-086/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Francisco Wellington Dos Santos Ferreira

Origem: PJ de Ulianópolis

Assunto: Apurar a acumulação de cargos públicos por Francisco Wellington dos Santos Ferreira em relação a um cargo de Agente de Informática e um de professor no Município de Ulianópolis

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e enunciado 3 do Conselho Superior do Ministério Público.

1.2.17. Processo n.º 000572-036/2018

Requerente(s): Larrat Turismo e Eventos Eirelli

Requerido(s): Prefeitura Municipal De Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides